

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento

Kelly Cristina de Souza

A Política de Ação Afirmativa da Escola de Governo da Fundação João
Pinheiro.

Belo Horizonte
2020

Kelly Cristina de Souza

A Política de Ação Afirmativa da Escola de Governo da Fundação João
Pinheiro.

Monografia de especialização apresentada à
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais, como
requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Projetos Sociais: formulação e
monitoramento.

Orientador: Frederico Couto Marinho

Belo Horizonte
2020

301 S729p 2020	<p>Souza, Kelly Cristina de.</p> <p>A política de ação afirmativa da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro [recurso eletrônico] / Kelly Cristina de Souza. - 2020.</p> <p>1 recurso online (30 f.) : pdf.</p> <p>Orientador: Frederico Couto Marinho.</p> <p>Monografia apresentada ao curso de Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1.Programas de ação afirmativa. 2.Direito à educação . 3.Ensino superior . 4.Fundação João Pinheiro. Escola de Governo de Minas Gerais. I. Marinho, Frederico Couto . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	--

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha
31.270-901 - Belo Horizonte - MG

ESPECIALIZAÇÃO EM PROJETOS SOCIAIS: FORMULAÇÃO E MONITORAMENTO

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA DE 2017772458 - KELLY CRISTINA DE SOUZA

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, reuniu-se a banca examinadora de defesa de monografia do Curso de Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento, composta por Orientador: Frederico Couto Marinho e Glauber Eduardo Ribeiro Cruz para examinar a monografia intitulada "*A Política de Ação Afirmativa da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro*" de 2017772458 - KELLY CRISTINA DE SOUZA. Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da banca examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela aprovação da monografia. Para constar, foi lavrada a presente ata que vai datada e assinada pela Coordenadora.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2020

Assinatura manuscrita em azul-escuro de Danielle Cireno Fernandes.

Profa. Danielle Cireno Fernandes Coordenadora do
Curso de Especialização em Projetos Sociais:
Formulação e Monitoramento

Resumo

A política de cotas no Brasil foi implementada com o intuito de reduzir as desigualdades no acesso ao Ensino Superior. O presente trabalho se baseou na discussão em relação às cotas raciais no acesso, permanência e progresso dos alunos da Escola de Governo, parte integrante da Fundação João Pinheiro. Considerando-se as discussões atuais em relação à política de cotas, pode-se perceber a necessidade de ampliação de políticas de permanência e acompanhamento dos cotistas durante todo o curso de graduação. O objetivo do trabalho é compreender de forma crítica se há uma política de acolhimento e apoio da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro aos estudantes cotistas. Após entrevista e análise de documentos, os resultados apontam para a necessidade de maior apoio e incentivo aos alunos cotistas, uma vez que a desigualdade ainda permanece mesmo com a política de acesso ao ensino superior. A implementação de políticas de apoio à permanência, nem sempre envolvem recursos financeiros, mas dependem de um acompanhamento aos alunos durante todo o curso.

Palavras – Chave: Ação Afirmativa, Ensino Superior, Fundação João Pinheiro.

Abstract

The quotas policy in Brazil was implemented in order to reduce the inequalities in the access to the Higher Education. The present work was based on the discussion regarding racial quotas in the access, permanence and progress of the students of the Government School, an integrating part of the João Pinheiro Foundation. Taking into account the current discussions regarding quotas policy, it is possible to perceive the need to amplify the policies of permanence and monitoring of the quotists throughout the undergraduate course. The objective of this work is to critically understand whether there is a welcoming and supporting policy for the quotist students in the Government School of the João Pinheiro Foundation. After interview and document analysis, the results indicate the necessity of a greater support and encouragement for the quotist students, once inequality remains despite the higher education access policy. The implementation of policies that support permanence does not necessarily involve financial resources, but depends on monitoring the students throughout the course.

Key words: Affirmative Action, Higher Education, João Pinheiro Foundation

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. JUSTIFICATIVA.....	9
3. METODOLOGIA	10
4. REFERENCIAL TEÓRICO	11
4.1 A Democratização Da Educação Superior no Brasil.....	11
4.2 Políticas Públicas de Ação Afirmativa no Ensino Superior	12
4.3 Permanência e Aproveitamento de Alunos Cotistas no Ensino Superior	14
4.4 Política de Cotas Raciais nas Universidades Públicas.....	16
4.5 Escola de Governo e a Formação do Servidor Público	18
5. ANÁLISE DE DADOS.....	19
6. CONCLUSÕES	26
REFERÊNCIAS.....	28
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista do Coordenador de Curso.....	31
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista dos Professores	32

1. INTRODUÇÃO

Conforme descrito por Guarnieri e Silva (2017) o primeiro Programa de Cotas do Brasil foi implementado em 2003 pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), enquanto a Lei de Cotas (Lei nº12711) foi aprovada em 2012, como política de ação afirmativa na Educação Superior.

Zainko (2003) apud Filipak e Pacheco (2017) ressalta que a democratização da educação superior não deve se confundir com sua massificação, o autor afirma que para que haja a democratização é necessário que se pense em novas maneiras de acesso, além de garantir a permanência dos alunos com qualidade acadêmica. Para que a democratização do ensino superior seja efetiva, de acordo com Filipak e Pacheco (2017) é necessário que sejam implementadas ações econômicas, políticas e sociais, responsáveis por garantir um uso maior de recursos e infraestrutura para a educação, implementando juntamente com boas práticas pedagógicas e administrativas.

Para Paula (2017) a expansão de vagas principalmente nas universidades é somada às iniciativas para incrementar o ingresso da população de baixa renda no ensino superior, sendo, portanto, real a preocupação com a permanência destes alunos e a conclusão do curso. Segundo Filipak e Pacheco (2017) o acesso e a permanência dos alunos no ensino superior, devem ser compreendidos como um instrumento de criação e afirmação da cidadania moderna em uma sociedade democrática. Guarnieri e Silva (2017) ressaltam que não basta somente que o vestibular seja feito pelas cotas, mas sim todo o contexto onde o aluno está inserido. Os autores afirmam que deve existir um esforço para que haja a promoção de ações que recebam bem o aluno cotista, como aulas de reforço, bolsas de auxílio, utilização da universidade como campo para discussões sobre questões étnico-raciais, para que haja a extinção de preconceitos relacionados ao tema.

Pode-se observar a ausência de pesquisas apontando dados gerais em relação à evasão escolar no ensino superior. A educação é parte importante da trajetória dos futuros profissionais, considerando-se que a permanência e a conclusão desses alunos são essenciais para a efetivação dos programas de ação afirmativa.

Diante do apresentado, tal estudo tem como problema de pesquisa: como garantir que haja um acompanhamento dos alunos cotistas do ensino superior na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro? Frente ao problema apresentado, o objetivo desta pesquisa é compreender de forma crítica se há uma política de acolhimento e apoio da Escola de Governo/FJP aos estudantes que acessam o Ensino Superior por meio das cotas. Desta

maneira buscou-se analisar a situação dos alunos do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte / MG, identificando aproveitamento escolar e trajetória no curso, apontou-se como as políticas públicas podem contribuir e influenciar nos resultados e aproveitamento dos alunos.

2. JUSTIFICATIVA

Muitos são os fatores que percorrem sobre a evasão ou a improdutividade de alunos que acessam o ensino superior por meio de cotas sociais e/ou raciais.

A transitoriedade e a longa permanência dos jovens e adolescentes em abrigos, podem contribuir de maneira efetiva na evasão escolar, uma vez que contam também com a transitoriedade nas instituições, inviabilizando muitas vezes o reconhecimento de singularidades e individualidades dos envolvidos.

Políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais e sociais, acabam por enfrentar barreiras que estão diretamente relacionadas à permanência dos alunos nas salas de aula, devido ao seu histórico na educação básica ou até suas condições financeiras. Muitas vezes pensa-se somente no ingresso dos alunos, não havendo ações de acompanhamento destes alunos durante o curso, o que faz com que muitos alunos desistam ou não tenham aproveitamento satisfatório durante o curso, ocasionando uma inclusão excludente, que segundo Ezcurra (2011) apud Paula (2017) nada mais é do que um *looping* econômico e social, sem chance de ascensão.

Por este motivo é importante e relevante o estudo da relação entre a evasão escolar e as políticas públicas de democratização do ensino superior por meio de ações afirmativas, observando o posicionamento da instituição em relação ao progresso dos alunos cotistas.

3. METODOLOGIA

A monografia tem como objetivo compreender de forma crítica se há políticas de acolhimento e apoio da Escola de Governo/FJP aos estudantes que acessam o ensino superior por meio de políticas públicas de ação afirmativa.

Quanto ao método de pesquisa, utilizou-se o estudo de caso. Para Boaventura (2004), o estudo de caso possui uma metodologia classificada como aplicada, busca uma aplicação prática de conhecimento para uma provável solução de problemas sociais. Conforme Michel (2015) o método de pesquisa apresenta uma participação maior do pesquisador, até mesmo na solução do problema.

Em relação à abordagem, a pesquisa é classificada como qualitativa, uma vez que apresenta uma relação dinâmica envolvendo o mundo real e o sujeito. Na técnica de coleta de dados, utilizou-se o método da entrevista, permite a obtenção de maiores informações. Foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas, como define Zanella (2012) dispõe de um roteiro ou uma pauta, mas não deve seguir necessariamente uma certa ordem e caso seja necessário e oportuno é possível a inclusão de novos questionamentos, não perdendo o foco da investigação. Conforme citam Laville e Dionne (1999) é responsável por proporcionar maior versatilidade na coleta dos dados, proporcionando uma abertura durante à entrevista.

Os sujeitos da pesquisa serão a coordenação do curso de Administração Pública de uma Faculdade Pública Estadual, localizada em Belo Horizonte e de professores do curso. Após a realização das entrevistas, levantamento documental e informações coletadas, os dados foram organizados, analisados e comparados à pesquisa teórica, corroborando para a conclusão do artigo.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 A Democratização da Educação Superior no Brasil

Silva (2018) afirma que iniciativas para reestruturar, desenvolver e democratizar a educação superior no país, se deu a partir do ano de 2003 e que o processo de democratização busca reverter a realidade de que ingressar e concluir um curso superior é privilégio de um grupo seletivo.

Para Heringer (2018) a necessidade de se trabalhar a inclusão no ensino superior tem como ponto inicial a distância entre o Brasil e os demais países latinos, estando o Brasil se posicionando de maneira inferior em relação aos países latino americanos, segundo o autor a base deste problema pode ter diferentes tipos de causa, como por exemplo a grande desigualdade de oportunidades no país. Nascimento (2016) afirma que os processos de seleção de alunos nas universidades públicas, tornaram-se de certa forma um mecanismo de exclusão, até a implementação de novas políticas públicas, mas também devem ser reforçadas na educação básica e na condição socioeconômica dos candidatos.

Segundo Prestes e Scocuglia (2012) a considerável ampliação de pessoas de diversas classes sociais que frequentam o ensino superior se mostra como uma das grandes transformações da sociedade brasileira no campo educacional desde que a Constituição da República descentralizou a oferta de cursos. Campos (2014) cita que as políticas de democratização do país acontecem quando grupos diversos e organizações que antes era silenciadas e discriminados começam a demandar seus direitos de forma aberta.

Shavit e Bolssfeld (1993) apud Salata (2018) ressalta que a relação entre a democratização e a expansão do ensino superior tornou-se objeto de debate nos estudos sobre a estratificação social, onde o principal foco é a expansão dos sistemas educacionais que reduziria as desigualdades de oportunidades. Segundo Silva (2018):

“Para promover a democratização do ensino superior, o governo federal criou vários projetos e ações, chamadas de políticas públicas, elucidadas pela concepção de educação alinhada aos objetivos traçados pela Constituição Brasileira como: construir uma sociedade livre, justa e solidária; reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos”. (SILVA, 2018, pág 30)

Conforme Santos (2010) apud Fernandes (2016) as universidades públicas precisam definir sua autonomia. Para o autor, a democratização do acesso à educação superior deve passar pela universalização, assim como o incentivo a parcerias e concessão de bolsas de permanência dos alunos durante o curso, assim como políticas de ação afirmativa.

4.2 Políticas Públicas de Ação Afirmativa no Ensino Superior

A educação superior, quando relacionada às políticas desenvolvidas pelo Estado, principalmente às de ação afirmativa, surgiram a partir da necessidade de ações efetivas de democratização do acesso ao ensino superior. (Magalhães e Menezes, 2016).

Silva Junior (2003, pág. 103) ressalta que “a história (...) atesta a insuficiência de uma atitude estatal negativa, abstencionista, no sentido de não discriminar, como de resto demonstra a inutilidade das declarações solenes de repúdio ao racismo”. Para o autor, numa sociedade corrompida por anos de discriminação generalizada, o Estado não deve somente se abster de discriminação em sua legislação, mas sim também colocar em prática condições que permitam que todos os cidadãos tenham igualdade de oportunidade, eliminando fontes de discriminação e preconceito direta ou indiretamente, a este comportamento pode-se nomear de ações afirmativas.

Silva (2018) ressalta que na tentativa da procura por novos pensamentos sobre a democratização do ensino superior, deve-se analisar os possíveis avanços e impasses na implementação de políticas públicas, analisando ainda a utilização de sistemas como o ENEM/SISU como maneira de acesso ao ensino superior.

Conforme afirma Rosemberg (2010, pág. 04) apud Ministério da Justiça (1996) as Ações Afirmativas são: “medidas especiais e temporárias, tomadas pelo estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas”, enquanto Bergmann (1996, pág. 06) entende que a ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos em determinados empregos ou escolas”. Rosemberg (2010) ressalta ainda que as ações afirmativas têm como propósito dar oportunidade e compensar perdas consequentes da discriminação e da marginalização, seja por motivos étnicos, de gênero entre outros. Para a autora as ações afirmativas podem ser uma das estratégias para alcançar a democracia racial.

Segundo Moehlecke (2002) é possível identificar três tipos de ações afirmativas, que podem ser desenvolvidas concomitantemente como aulas de complementação, como cursos preparatórios ou de reforço durante a permanência do aluno no curso, o financiamento de custos, como mensalidade, bolsas de estudos e auxílio alimentação além de mudanças no ingresso pelo sistema de cotas. Heringer (2018) afirma a ampliação do acesso de estudantes oriundos de escola públicas, pretos e indígenas ao ensino superior, deve ser considerado como aspecto positivo das ações afirmativas. Segundo dados citados pela autora e publicados pelo

do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, houve ampliação expressiva do acesso ao ensino superior pelos grupos considerados como minoria.

Segundo Ristoff (2014) é importante deixar claro que mesmo de maneira lenta as ações afirmativas estão modificando o padrão das universidades brasileiras, fazendo com que sejam mais diversas tanto economicamente quanto racial e cultural.

4.3 Permanência e Aproveitamento de Alunos Cotistas no Ensino Superior

De acordo com Nascimento (2016) a democratização do acesso ao ensino superior traz à tona a questão referente as condições de permanência e aproveitamento acadêmico dos estudantes, tendo a instituição papel importante em relação às condições psicológicas e sociais deles. Conforme a autora, a desigualdade do acesso ao ensino superior se dispõe a abordar a questão da exclusão social e da discriminação racial.

Nascimento (2016) afirma que o índice de escolaridade da população brasileira tem relação direta com a condição socioeconômica dos indivíduos, logo quanto melhor a condição econômica maior será o índice de alunos cursando o ensino superior. A autora cita que se deve observar também a importância da relação da escola de educação básica com o ensino superior. Segundo a autora, a escola pública está constituída em sua maioria por sujeitos de classes populares o que faz com que se reflita a relação entre as condições que a escola pública oferece para que a qualificação desses sujeitos, tanto no conhecimento quanto na formação da cidadania.

Tinto e Pusser (2006) apud Silva (2019) a aprendizagem do aluno faz parte de todo o seu potencial progresso na universidade e que o centro dessa aprendizagem e no contato e interação com a comunidade acadêmica. Para o autor mesmo que de forma inconsciente certas atitudes do próprio corpo docente podem prejudicar o estudante, muitas vezes fazendo com o que o estudante se sinta intimidado e às vezes isolado, frente ao universo acadêmico.

Para Gisi (2006) em relação ao número de vagas ofertadas no ensino superior público, em sua maioria são no período diurno, enquanto no período noturno tem maior oferta de vagas nas instituições privadas. A autora ressalta que:

“As vagas no período noturno são oferecidas, na maior parte, por instituições privadas. Isto porque os estudantes que provém de limitada situação econômica, raramente alcançam uma vaga em instituição pública; em consequência disto, para frequentar uma instituição particular, faz-se necessário dividir o tempo de estudo com o trabalho durante o dia. Nesse sentido, os cursos noturnos representam um papel social relevante, enquanto possibilidade de ingresso nas universidades”.

(GISI, 2006, pág. 97)

Conforme Nascimento (2016) diante da diferença do capital econômico e cultural já demarcado pela sociedade, faz-se necessário que as instituições de ensino superior com acesso por cotas raciais levem em consideração essa diversidade na elaboração dos seus processos

pedagógicos, corroborando para a permanência e produtividade, prevenindo uma possível evasão ou baixo aproveitamento.

Silva (2019) cita que é papel da instituição colaborar para a interação acadêmica e social do estudante, assim como manter um contato especial com aqueles que ingressam por meio das políticas de ação afirmativa. Segundo o autor, parte dos alunos possuem situações econômicas diferentes, além de por muitas vezes não possuírem orientações em seus contextos sociais. Para Heringer (2018) apesar da avaliação positiva quanto à ampliação do acesso à universidade por pessoas pretas, indígenas e/ou oriundas de escola pública, o desafio após a implementação das políticas de ação afirmativa é a permanência dos estudantes, uma vez que as instituições devem garantir que o estudante tenha condições de concluir o curso.

4.4 Política de Cotas Raciais nas Universidades Públicas

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal instituiu a adoção do sistema de cotas nas universidades públicas como política de ação afirmativa, garantindo por meio da Lei 12711 a reserva de 50% das matrículas nas universidades federais correspondente à soma de pretos, pardos e indígenas conforme censo do IBGE (LEWANDOWSKI, 2012).

Baseando-se no conceito de racismo estrutural, Silva (2018) faz referência ao domínio estrutural onde ressalta a incapacidade das instituições de fazer com que os resultados sejam gerados independentemente da raça dos envolvidos. Para a autora, tal situação consiste em “uma forma de poder e opressão à medida que coloca a população negra em desvantagem”, o que faz com que políticas de ação afirmativa e cotas sejam necessárias.

Segundo Heringer (2018) o primeiro programa de cotas no país, foi implementado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 2003, antes mesmo da Lei Federal, criando uma expansão e adesão de outras universidades nos anos seguintes.

Naiff, Naiff e Louback (2013) afirmam que:

“As cotas que existem no Brasil são acionadas para sanar algum tipo de acessibilidade negada historicamente a determinados grupos sociais. Existem cotas para vagas nas universidades, escolas públicas, cargos públicos, cargos de gestão públicos e privados, em empresas etc. E podem ser destinadas a mulheres, afrodescendentes, classes sociais desfavorecidas, etnias variadas, pessoas com deficiência e outras características que por diversos motivos foram sendo alijadas da possibilidade igualitária de exercer sua cidadania. Todas essas manifestações em prol de justiça social são comumente baseadas em estatísticas históricas de exclusão que alguns grupos sociais sofrem e que dela não conseguem sair sem o devido apoio” (NAIFF, NAIFF E LOUBACK, 2013, pag 50)

Heringer (2018) afirma que apesar dos avanços em relação às políticas públicas voltadas a população negra no Brasil é necessário que se desmistifique a desigualdade na sociedade, ressaltando a real situação dos negros e que as cotas não são suficientes para atenuar a desigualdade que perpetua durante toda a história do país. A autora ressalta que o recorte racial é necessário e importante na procura por igualdade de oportunidade, uma vez que as políticas públicas universalistas não foram capazes de inserir a população negra nos variados setores, principalmente na educação superior.

Para Guimarães (2003) o problema de acesso às universidades pelos jovens negros até os anos 2000, estava relacionado à falta de dados estatísticos universitários. sobre a identidade racial dos alunos. O autor ressalta que as iniciativas para que estes dados fossem levantados, aconteceu somente após a demanda por ações afirmativas ser apresentada,

demonstrando que a proporção de alunos que se autodeclararam pardos ou pretos nas universidades públicas ainda estavam abaixo considerando-se o percentual da população negra no país.

Segundo Munanga (2001) é necessário que existam políticas que usem a discriminação de forma positiva, de maneira que a implementação de políticas de ação afirmativa, atuem como instrumento de transformação principalmente na mobilidade socioeconômica.

Conforme Dias (2012) a partir da adoção de políticas públicas, os ambientes tendem a apresentar transformações, além de ampliar as possibilidades de ter algo normal a presença de indivíduos até então menosprezados pela sociedade. As cotas ampliam o acesso ao ensino superior, àquelas pessoas que muitas vezes não teriam a menos chance de galgar lugares até então elitizados e embranquecidos.

4.5 Escola de Governo e a Formação do Servidor Público

De acordo com Fernandes, Palotti e Camões (2015) a formação dos servidores somente recebeu atenção do governo brasileiro a partir de 1937, a partir de reforma administrativa conduzida pelo Estado. A reforma consistiu na organização dos quadros de pessoal, a realização de concursos, mas ainda não evidenciava a formação por meio das escolas específicas, assim a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP foi criada para desenvolver cursos de formação de longa duração para novas carreiras.

Segundo Fernandes, Palotti e Camões (2015), as escolas de governo após alguns anos passam a ser vistas com atribuições de capacitação do servidor, juntamente com o desenvolvimento de carreiras.

Abrucio (2006) afirma que não há indícios de que um país tenha se desenvolvido sem uma boa administração pública e que quatro eixos devem ser destacados na reforma da administração pública como a profissionalização, a efetividade, a eficiência a democratização. Para Santos e Kanaane (2017) as Escolas de Governo tiveram como origem a formação de uma certa elite gerencial na administração pública, mas que posteriormente a partir de determinação de um novo modelo gerencial em 1988, passou a ser responsável pela capacitação e aperfeiçoamento do servidor público em todos os níveis, incluindo pós-graduação.

Segundo Fonseca (2015) a capacitação do servidor pode encontrar nas escolas de governo algo além de somente a questão salarial, mas sim na criação de um ambiente de trabalho mais produtivo, além da criação de agentes estratégicos. Para o autor, as escolas de governo têm muito a oferecer ao serviço público brasileiro além de compartilhamento de conhecimento e produção, *“podem contribuir também no resgate da relevância social do trabalho realizado na área estatal, na recuperação da autoestima do servidor e ajudar inclusive no entendimento mais adequado de sua inserção na sociedade brasileira”* (FONSECA, 2015, pág 96).

5. ANÁLISE DE DADOS

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Municípios Contínua (PNAD), divulgada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2019, o número de estudantes pretos ou pardos passou a compor a maioria nas instituições de ensino superior público. O percentual de estudantes pretos ou pardos é de 50,3%, entretanto ainda estão sub representados, uma vez que constituem quase 60% da população nacional, o que indica a necessidade da continuidade de medidas que atuem em prol da ampliação e da democratização do acesso ao ensino superior.

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro implementou a política de cotas a partir do Edital de Concurso Público no ano de 2018, para acesso ao Curso de Administração Pública – CSAP.

A Coordenadora do curso de Graduação em Administração Pública, da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro quando questionada sobre a existência de algum tipo de preparação do corpo docente para o início da implementação da política de cotas na faculdade, que aconteceu em 2018, a mesma afirmou que a escola instituiu uma Comissão Permanente de Acompanhamento dos Estudantes do Curso de Administração Pública, com o objetivo de acompanhar a trajetória dos alunos, em relação aos aspectos acadêmicos, profissionais e pessoais, visando a permanência dos estudantes no curso. A Comissão foi instituída em dezembro de 2018 após a implementação da política de cotas (Lei Estadual 22929), sendo composta por nove professores e dois representantes discentes. A Coordenadora afirmou que a Comissão se reúne periodicamente com o objetivo de proporcionar um acompanhamento das atividades acadêmicas de todo o curso e a possibilidade de identificar novas demandas do corpo docente e discente.

Entrevistou-se também um professor integrante do corpo docente da instituição e o mesmo afirmou que havia sim uma preocupação de como abordar e acompanhar a questão da nova turma de alunos ingressantes pela política de cotas, pelo fato de não criar um estigma entre cotistas e não cotistas. Teve-se como base de estudo para a implementação da política de cotas na instituição, a Reitoria de Assuntos Estudantis da UFMG, através de reuniões e encontros periódicos, onde foram discutidas experiências e orientação de melhores práticas.

Em relação ao perfil dos alunos da Escola de Governo, o professor afirma que por ser um curso historicamente elitista, a implementação de ações afirmativas é um passo importante e responsável pela diversidade entre os estudantes, de maneira que seja possível implementar práticas que cooperem com o fortalecimento da identidade do aluno, observando sua cultura e

formação. Conforme afirma Cipriano, Machado e Maranhão (2016) as novas medidas dos governos em busca da democratização do acesso à universidade por meio de políticas de ação afirmativa, demonstra que existe uma breve consciência de que há um histórico de desigualdade para negros, pardos e indígenas na educação. Segundo a pesquisa PNAD do IBGE (2018), entre os jovens que concluíram o ensino superior somam 36,1% dos brancos e 18,3% dos pardos e pretos, sendo que a os jovens na faixa dos 18 a 24 anos que concluíram o ensino médio mas que não estavam estudando por precisar trabalhar somam 61,8% entre pretos e pardos, fato que deve ser considerado num curso como o da Fundação João Pinheiro que é de dedicação exclusiva.

O elitismo segundo o professor tem sido constante na instituição durante muitos anos pelo fato de o sistema de seleção ser rigoroso e restrito, tendendo a homogeneização dos alunos, em sua maioria oriundos de escolas particulares, jovens e de Belo Horizonte. A coordenadora do curso corrobora com esta afirmação de que a diversidade se fez a partir da implementação da política de cotas e da seleção através do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), alterando toda uma estrutura de anos na instituição por meio da democratização do acesso ao ensino superior.

A coordenadora afirma que existiu uma preocupação em desenvolver e aprimorar o ambiente institucional para que a política seja executada de maneira efetiva, em conformidade com Silva (2019), que afirma que faz parte do papel da instituição se envolver na interação acadêmica, além de manter um contato mais próximo com os ingressantes por meio do sistema de cotas. Segundo Lima (2014) a Lei de Cotas (Lei 12711/2012) é responsável por garantir que haja a igualdade de oportunidade de acesso democrático ao ensino superior a todos os brasileiros, incluindo os considerados de alto prestígio social.

Segundo a Coordenação do Curso, desde o início da preparação para a implementação das políticas de cotas, alguns professores afirmavam que a melhor maneira de lidar com os novos alunos seria levar a implementação com a menor interferência possível, uma vez que os mesmos pensam que quando se enfatiza a questão das cotas, acaba por se criar uma distinção entre os alunos e até mesmo de que é necessário um tratamento diferenciado para os cotistas, por serem oriundos em sua maioria de escola pública e outros pensavam em elaborar ações específicas como a mentoria, que mais tarde foi implementada pela instituição não somente para este grupo, mas para todos os demais alunos da instituição.

Conforme descrito pela Coordenadora do Curso, a existência da Comissão Permanente de Acompanhamento dos Estudantes do Curso de Administração Pública (CSAP) busca acompanhar os alunos ingressantes pelas políticas de cotas, onde foram determinadas como

atribuições:

- “1. Conhecer as experiências de outras instituições de ensino superior com a implementação de política de cotas, com o objetivo de incorporar ações que tenham alcançado bons resultados e antever problemas futuros que precisará enfrentar;
2. Acompanhar, por meio de mentoria, os estudantes do CSAP, auxiliando-os do ponto de vista acadêmico, profissional e mesmo pessoal, considerando que aspectos da vida privada podem interferir no percurso de estudo e de trabalho;
3. Acompanhar, através da realização de reuniões periódicas, o trabalho dos professores junto às turmas do CSAP, dando suporte para que os professores possam acompanhar o desenvolvimento dos estudantes de forma mais individualizada possível;
4. Implementar ações para garantir a permanência dos ingressantes no CSAP e a conclusão do curso por esses estudantes cumprindo os pré-requisitos para a sua nomeação para a carreira de EPPGG;
5. Propor oficinas para abordar conteúdos complementares aos ministrados nas disciplinas regulares do curso, importantes para a formação dos estudantes do CSAP;
6. Promover a discussão sobre as políticas de ações afirmativas, no âmbito da FJP como um todo, seja por meio de ações de ensino, pesquisa ou extensão;
7. Avaliar o trabalho da própria Comissão, garantindo orientações sempre que se mostrar necessário.”

Além da comissão de acompanhamento, a Escola desenvolveu e executou o Programa de Mentoria que consiste num processo de aprendizagem e acompanhamento do estudante por um mentor que pode ser estudante egresso do curso, servidor da instituição ou professor, auxiliando o estudante através de apoio, levando em relações o cotidiano acadêmico e até mesmo pessoal. A coordenadora do curso ressalta ainda que a mentoria é disponibilizada para todos os alunos do curso, não somente os ingressantes pelo sistema de cotas, uma vez que a instituição optou por não fazer nenhum tipo de ação que diferenciase os alunos cotistas dos demais ingressantes.

A Coordenadora do Curso ressalta que Programa de Mentoria é destinado a todos os estudantes ingressantes no Curso de Administração Pública onde é permitido ao estudante que escolha um mentor. Os mentores que devem ser escolhidos pelos alunos são aqueles que participam da Comissão de Acompanhamento dos Estudantes e a mentoria ocorre uma vez ao mês, com datas e horários previamente agendados entre aluno e professor. A Coordenadora ressalta que para acompanhamento da efetividade da Mentoria, são realizadas

reuniões ao menos duas vezes por semestre para aperfeiçoamento do processo e troca de experiências.

O professor entrevistado, participante da comissão de acompanhamento e mentoria, afirma em conformidade com a coordenação que a melhor maneira de lidar com a nova turma é a criação de ações que sejam desenvolvidas para todos os alunos, mas que beneficiariam principalmente caso seja necessário, alunos oriundos de escolas públicas que poderiam demonstrar alguma dificuldade durante o curso, principalmente em relação às disciplinas das áreas de exatas nos primeiros semestres do curso.

Em relação a receptividade dos professores à implementação da política de cotas, a coordenadora afirmou baseada em reuniões e conversas com os professores do curso que não houve nenhum problema explícito e quando existe é em relação ao desempenho dos alunos. Aparentemente não há nenhuma resistência dos professores em relação aos novos alunos. Para o professor entrevistado, não há nenhuma diferenciação por parte da maioria dos professores em relação à nova turma, porém fica quase sempre implícito que os cotistas podem ser um problema para a instituição, como redução da qualidade do curso e dificuldade de absorção dos conteúdos pelos alunos.

Conforme percepção da Coordenadora e dos professores, observando o desempenho dos alunos durante o semestre letivo, os professores não têm conhecimento de quais são os alunos cotistas, o que a coordenadora vê como ponto positivo, evitando qualquer diferenciação. Segundo a Coordenadora, é histórico o baixo aproveitamento em algumas disciplinas como: matemática e matemática financeira mesmo entre os alunos não cotistas opta se por aulas de reforço, monitorias e quando ocorre algum baixo aproveitamento o professor procura a coordenação para apoio e a aprovação do aluno. Conforme descrito por Tinto e Pusser (2006) apud Silva (2019) atitudes do corpo docente podem ajudar ou prejudicar o estudante, causando intimidações ou até mesmo certo isolamento frente ao universo acadêmico.

Ainda em relação ao aproveitamento dos alunos cotistas, o professor entrevistado afirmou ainda que não existem dificuldades aparentes demonstradas pela turma que possui alunos ingressantes pelo sistema de cotas raciais, em relação à sua disciplina ministrada e ressalta que talvez haja maiores desajustes quanto às disciplinas que necessitem de conhecimentos prévios formalizados como nas áreas de exatas, que dependem de questões de quase “adestramento” e de preparações restritas para ingresso na universidade, como exemplo a preparação para o ENEM. Estas disciplinas são ministradas no início do curso, que segundo o professor entrevistado, dependem muitas vezes da trajetória do aluno no ensino médio para um melhor aproveitamento ou menor dificuldade durante o primeiro semestre do curso.

O professor entrevistado afirmou que a instituição passou antes da entrada da turma com alunos cotistas, por problemas em relação a eventos que envolveram casos de racismo, sexismo e de assédios, assim como casos frequentes de afastamentos por questões psicológicas de estresse e depressão e que a implementação da política de ação afirmativa corroborou e contribuiu com a necessidade de comissão de acompanhamento dos alunos de maneira que houvesse a melhoria de práticas de docência, mais próxima dos alunos didática e até mesmo de posicionamento do corpo docente e da própria escola em relação ao aproveitamento e permanência dos alunos. O professor afirmou que há um estigma de que os cotistas são sempre uma questão de maior atenção da instituição para os professores e até mesmo os alunos, com uma provável dificuldade de aprendizagem e redução da qualidade do curso, refletindo uma questão da sociedade como um todo.

Tanto para a coordenadora do curso quanto para o professor, é necessário que haja a quebra de um paradigma preconceituoso de que o rendimento do cotista tende a ser inferior ao dos alunos ingressantes pela ampla concorrência e que estes são de fato um problema para a escola de governo. O professor entrevistado afirma ainda que a nota de corte para ingresso na Fundação João Pinheiro ou em qualquer outra instituição renomada academicamente, nem sempre condiz que a colocação do concorrente é de um patamar extremamente diferenciado daquele que ingressou pelo sistema de cotas, a prova para ingresso não quer dizer exatamente como será o progresso e adaptação do aluno ao curso de administração pública.

O Setor de Estatística da Pró-reitoria de Graduação (Prograd) da UFMG divulgou que a nota de corte para ingresso na universidade dos alunos cotistas é próxima dos que ingressaram pela ampla concorrência, sendo a nota de corte dos cotistas de escola pública, raça ou renda ficou em torno de 94,8% da nota da ampla concorrência. Na Fundação João Pinheiro não há um levantamento estatístico em relação aos cotistas ingressantes no primeiro ano de curso, o que dificulta estudos mais robustos e ações específicas para este público, que devem ser baseados em evidências.

Quanto ao futuro das políticas de ação afirmativa segundo a coordenadora do curso, existem planos para aprimoramento das atividades de apoio aos alunos, para permanência e acompanhamento, como fundos financeiros, uma vez que a bolsa que os alunos possuem nem sempre é suficiente para a permanência e a conclusão do curso, seminários que envolvam o tema e oficinas com conteúdo que contribuam para o crescimento dos alunos, uma vez que existe uma dificuldade que é estendida à todos os alunos do curso e não somente aos cotistas.

A coordenadora afirmou que o ingresso dos alunos pela política de cotas fez com que a instituição percebesse a necessidade de acompanhamento mais próximo dos alunos e a ideia é que isso aconteça cada vez mais. Afirmou ainda que é real a necessidade de melhoria nas ações e que a política ainda é muito recente para análises mais profundas.

Para o professor entrevistado é natural que haja um certo receio nas implementações de qualquer tipo de inovação, o que não pode ser aceito é que a instituição seja contra às políticas de ação afirmativa e de políticas de facilitação do acesso ao ensino superior.

Analisando o aproveitamento da turma de alunos ingressantes pela política de cotas raciais, a média global neste primeiro ano de curso fica em torno de 83 pontos numa escala de 100 pontos distribuídos durante o semestre em relação a uma turma de 40 (quarenta) alunos. O que faz com que a média dos alunos ingressantes seja alta em relação ao total de alunos ingressantes pela ampla concorrência.

Em relação aos dados de acesso à carreira de Especialista em Administração Pública, que está disposto como objeto final do concurso público que institui o curso de Administração Pública, o que se sabe até o momento por meio de números divulgados em fjp.mg.gov.br pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro é que os especialistas pretos (negros e pardos, conforme IBGE) recebem cerca de 81,6% do salário dos profissionais brancos estando na mesma carreira de Especialista em Políticas Públicas, sendo que estes estão ainda em maior número em cargos de chefia, conforme dados constantes em pesquisa divulgada pela FJP e em melhores posições na carreira. Conforme cita Guimarães (2003) até meados dos anos 2000 não havia dados estatísticos sobre o acesso de pessoas negras às universidades, fato que só foi observado também na Fundação João Pinheiro frente à implementação da política de cotas, quando se iniciou levantamentos sobre questões de raça relacionados ao acesso à escola e à carreira de especialista em administração pública.

Silva e Oliveira (2019) afirmam que conforme pesquisa realizada com egressos da escola de governo, ser servidor público de carreira não faz com que os constrangimentos racistas deixem de estar presentes no mercado de trabalho. Os pesquisadores acreditam que a implementação da política de cotas a partir do concurso de 2018 pode diversificar os olhares sobre as políticas públicas do estado, assim como afirma Heringer (2018) quando cita que o maior desafio das políticas de ação afirmativa é fazer com que o aluno permaneça na instituição e concluir o curso superior.

Segundo os entrevistados, tanto o Programa de Mentoria quanto o apoio e desenvolvimento das atividades da Comissão de Acompanhamento dos Alunos contribuem para garantir a permanência dos estudantes, em específico os alunos cotistas. Paula (2017) ressalta que o ingresso no ensino superior não garante a permanência principalmente dos alunos de baixa renda e de minorias étnicas que por ordem histórica enfrentam dificuldades econômicas para concluir o curso. Para o autor, é necessário que a instituição trabalhe com políticas para além da implementação da Política de Cotas, considerando fatores que contribuem diretamente com os resultados alcançados.

6. CONCLUSÕES

As políticas de ação afirmativas foram implementadas no Brasil com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, uma vez que se notou a real disparidade e a constante desigualdade entre brancos e não brancos dentro da academia e no cerne social desde o fim do período da escravidão. Estudos acadêmicos demonstram que a exclusão dos negros da sociedade pode ser observada nas estatísticas apresentadas em relação à economia e escolaridade deste grupo.

Diante da implementação das cotas raciais na Escola de Governo, foi possível identificar uma diversificação e a quebra de uma hegemonia racial que até então pertencia à realidade da instituição. Implementar políticas de ação afirmativa numa instituição elitizada e majoritariamente branca foi importante para que houvesse de fato uma contribuição social para a melhoria das condições da população negra no estado de Minas Gerais.

Considerando-se que a escolaridade da população brasileira possui relação direta com as condições sociais e econômicas do indivíduo, é de suma importância a implementação das cotas raciais numa instituição que forma servidores públicos.

A formação e capacitação do servidor público através das Escolas de Governo permite que o serviço público seja desenvolvido de maneira estratégica e ainda mais eficaz. A política de cotas nestes ambientes, como na Fundação João Pinheiro, responsável pela formação de especialistas em políticas públicas, contribui diretamente com a diversidade nestes ambientes culturalmente homogêneos e elitizados em cargos de gerência e chefia.

A partir das entrevistas realizadas, verificou-se que a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro possui um perfil específico em relação aos alunos, considerando-se critérios socioeconômicos, como classe econômica e etnia. A implementação da política de cotas contribuiu diretamente para que o perfil dos alunos passasse por uma diversidade tanto de classe econômica quanto de etnia, uma vez que a instituição possuía um número irrisório de alunos negros antes da política.

Percebeu-se também a partir das entrevistas que ainda existem paradigmas que devem ser trabalhados em relação aos alunos cotistas, em relação ao aproveitamento e permanência dos mesmos durante o período do curso de graduação. O corpo docente encontra-se em processo de assimilação e de constante aprendizado em relação às ações afirmativas na instituição.

Verificou-se ainda que com a criação de comissão para acompanhamento dos alunos neste primeiro momento, foram positivas tanto para os alunos que acessaram a instituição pela política afirmativa quanto pelos alunos da ampla concorrência. Uma vez que o curso possui

um conteúdo extenso e específico, o que pode carecer de uma proximidade do corpo docente com os alunos, para melhor aproveitamento e formação.

Conclui-se, portanto que a implementação da política de cotas na Fundação João Pinheiro é de extrema importância tanto para o combate ao racismo sistêmico do estado em relação aos cargos de chefia no serviço público, quanto para a ampliação do acesso das pessoas negras ao ensino superior gratuito e de qualidade oferecido pelo estado.

Em relação aos trabalhos futuros, deixa-se como sugestão o estudo em relação aos alunos que acessaram o curso de especialista em políticas públicas e suas trajetórias no serviço público, uma vez que se têm os dados relacionados às pessoas negras não cotistas nestes ambientes.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando L. Para além da descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. IN: Fleury, S. (org.) Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha. RJ: FGV. 2006.

ABRUCIO, Fernando L. Os desafios da gestão pública brasileira para o século 21: da experiência internacional aos eixos estratégicos da reforma. In: Escola Nacional de Administração Pública (Brasil). ENAP 20 anos: caminhos de uma escola de governo. Cadernos ENAP, ed. Especial, 2006. Acesso em 20 de dezembro de 2019. Disponível em <<http://antigo.enap.gov.br/downloads/caderno20anos.pdf>>.

DIAS, Luciana de Oliveira. Desigualdades Étnico-Raciais e Políticas Públicas no Brasil. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), 2012. Acesso em 07 de novembro de 2019. Disponível em <<<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/360>>>.

FERNANDES, Ciro Campos Christo, PALOTTI, Pedro Lucas de Moura, CAMÕES, Marizaura Reis de Souza. Escolas de governo: perfis, trajetórias e perspectivas / organizadores e Camões. -- Brasília: ENAP, 2015. Acesso em 07 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2421/1/Caderno43_final.pdf>.

FILIPAK, Sirley Terezinha, PACHECO, Eduardo Felipe Hennerich. A democratização do acesso à educação superior no Brasil. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1241-1268, jul./set. 2017. Acesso em 11 de dezembro de 2019. Disponível em <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/21946>.

FONSECA, Diogo Ribeiro da Sistemas de Escolas de Governo da União: perfil, identidade e desafios para institucionalização. Brasília: Enap; 2015.

GISI, Maria Lourdes. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. Revista Diálogo Educacional. Curitiba, 2006.

GUARNIERI, Fernanda Vieira, MELO-SILVA, Lucy Leal. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. Acesso em 10 de dezembro de 2019. Disponível em <<<https://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2017/02121100>>>.

GUIMARÃES, A. A inclusão que funciona. Nova Escola: a revista do professor, São Paulo, 2003.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. Revista Brasileira de Orientação Profissional jan.-jun. 2018, Vol. 19, No. 1, 7-17.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, Artmed : Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999. 339 p.

LAVILLE, Christian.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEWANDOWSKI, Ricardo. Íntegra do voto do ministro Ricardo Lewandoski na ADPF 186. Brasília, DF: STF, 2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF186RL.pdf>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2012.

LIMA, M.L.F. Políticas públicas no ensino superior: ações afirmativas na UFPB. 153 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – PPGDH), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.

MAGALHÃES, Janaína de Cássia. Gestão Da Política De Cotas Em Instituições Federais De Ensino Superior: Estudo na Universidade Federal De Goiás. Universidade Federal de Goiás, 2016.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/ 2002. Acesso em 24 de junho de 2019. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>>

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: Um ponto de vista em defesa das cotas. Sociedade e cultura , v. 4, n. 2, Jul. - Dez 2001, p.31-43.

NAIFF, Luciene Alves Miguez, NAIFF, Denis Giovanni Monteiro, LOUBACK, E. Representações sociais das cotas raciais em duas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro: um estudo comparativo. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 10, n. 20, p. 50-77, 2013. Disponível em: <Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/405> >.

NASCIMENTO, Ilca Freitas. Lei de cotas no ensino superior: desigualdades e democratização do acesso à universidade. São Paulo, 2016.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 301-315, jul. 2017. Aceso em 20 de dezembro de 2019. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772017000200002>.

PRESTES, Emília Maria da Trindade, JEZINE, Edineide, SCOCUGLIA, Afonso Celso. Democratização do Ensino Superior Brasileiro: O caso da Universidade Federal da Paraíba. *Revista Lusófona de Educação*, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro: Pontos Para Reflexão. São Paulo, 2010. <<https://www.adusp.org.br/files/GTs/etnia/acao2.pdf>>.

ROSEMBERG, Fúlvia. Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro: Pontos Para Reflexão. Acesso em 20 de dezembro de 2019. Disponível em <<https://www.adusp.org.br/files/gts/etnia/acao2.pdf>>.

RISTOFF, Dilvo. Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.). Brasília: INEP, 2008.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: Uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação, Campinas; Sorocaba, 2014.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? Tempo soc. [online]. 2018, vol.30, n.2, pp.219-253. ISSN 0103-2070. <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>.
<<<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ENAPG157.pdf>>>

SANTOS, Dioni Patrícia Alves dos, KANAANE, Roberto. Escolas de Governo e seus Objetivos Institucionais em Educação Corporativa na Administração Pública. XII Workshop de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza. São Paulo, 2017. Acesso em 07 de dezembro de 2019. Disponível em http://www.portal.cps.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/012-workshop-2017/workshop/artigos/Educacao/Educacao_Corporativa/Escolas-de-Governo-e-seus-Objetivos-Institucionais.pdf.

SILVA, Guilherme Henrique Gomes da. Ações Afirmativas no Ensino Superior Brasileiro: Caminhos para a Permanência e o Progresso Acadêmico de Estudantes Da Área das Ciências Exatas. Educ. ver, Belo Horizonte,2019. Acesso em 15 de dezembro de 2019. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698170841>>

_____, Martha Emanuela Soares da. Políticas públicas e abrigamento na adolescência: uma demanda por políticas de inclusão social. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas – UFMA, 2018. Acesso em 26 de junho de 2019. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/12_seguridade/politicas-publicas-e-abrigamento-na-adolescencia-uma-demanda-por-politicas-de-inclusao-social.pdf>>.

SILVA, Tatiana Dias. Gestão Pública na Zona do Não Ser: Políticas Públicas, Igualdade Racial e Administração Pública no Brasil. Brasília, 2018. Acesso em 20 de janeiro de 2020. Disponível em << <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v10i2.1591>>>.

SILVA JUNIOR, Hédio. Ação afirmativa para negros(as) nas universidades: a concretização do princípio constitucional da igualdade. Brasília. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira,2003. Acesso em 07 de dezembro de 2019. Disponível em <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao_acoes_afirmativas.pdf>.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista do Coordenador de Curso

Roteiro de Entrevista: Coordenação do Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro

A pesquisa sobre as **Políticas Públicas de Ação Afirmativa no Ensino Superior** faz parte do projeto de monografia desenvolvido por Kelly Souza, aluna do Curso de Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento da Universidade Federal de Minas Gerais e tem como objetivo compreender o alcance e os limites da política de ação afirmativa no Curso de Administração Pública / FJP.

- 1) O Curso de Administração Pública / FJP implementou recentemente o sistema de cotas. A Direção / Coordenação do Curso formulou uma política de ação afirmativa? Os professores participaram desse processo? Houve uma preparação para receber os alunos cotistas?
- 2) Como Direção / Coordenação do Curso avalia a relação do corpo docente com os alunos cotistas? Os professores receberam algum tipo de orientação?
- 3) Há um acompanhamento do desempenho acadêmico dos alunos cotistas? O desempenho é igual ou diferente dos demais discentes?
- 4) O Curso de Administração Pública / FJP possui m grupo / conselho que acompanha os alunos cotistas? Há necessidade de um grupo para que haja este acompanhamento?
- 5) Há um planejamento do Curso de Administração Pública para garantir a permanência dos alunos cotistas?

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista dos Professores

Roteiro de Entrevista: Professor do Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro

A pesquisa sobre as **Políticas Públicas de Ação Afirmativa no Ensino Superior** faz parte do projeto de monografia desenvolvido por Kelly Souza, aluna do Curso de Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento da Universidade Federal de Minas Gerais e tem como objetivo compreender o alcance e os limites da política de ação afirmativa no Curso de Administração Pública / FJP.

- 1) O Curso de Administração Pública / FJP implementou recentemente o sistema de cotas. A Direção / Coordenação do Curso formulou uma política de ação afirmativa? Os professores participaram desse processo? Houve uma preparação para receber os alunos cotistas?
- 2) Há um senso de responsabilidade do professor com o desempenho / rendimento dos alunos cotistas?
- 3) Houve mudanças na disciplina para atender os alunos cotistas? E na didática?
- 4) O rendimento e aproveitamento dos alunos que acessam à universidade por meio da política de cotas é diferente dos demais? Existe alguma dificuldade destes alunos?
- 5) O Curso de Administração Pública / FJP possui m grupo / conselho para avaliar e definir novas estratégias em relação aos alunos cotistas?
- 6) Como aprimorar a política de cotas em relação à permanência e aproveitamento dos alunos?